



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 140/2025
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1. Contratação de empresa para prestação dos serviços de coleta convencional de resíduos sólidos urbanos – RSU, conforme segue:

ITEM	QUANT.	UN.	OBJETO	VALOR UNITÁRIO
01	8.940	Ton.	Coleta convencional de resíduos sólidos domiciliares e comerciais	R\$ 332,12

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

2.1. O objeto consiste na prestação dos serviços de coleta convencional de resíduos sólidos urbanos porta-a-porta e em pontos estratégicos como contêineres comunitários e sistemas de lixeiras soterradas; além disso, o serviço compreende o recolhimento de resíduos volumosos e outros, provenientes de descarte irregular. Após o recolhimento, os resíduos serão transportados até a Central de Triagem e Transbordo de RSU, localizada no Morro do Pulpito, município de Santo Antônio da Patrulha/RS;

2.2. O objeto será descrito detalhadamente em Projeto Básico.

3. JUSTIFICATIVA:

3.1. A contratação de uma empresa especializada para a coleta convencional de resíduos sólidos urbanos é fundamental para a saúde pública, organização urbana e qualidade de vida da população. O recolhimento regular dos resíduos sólidos urbanos impede a proliferação de vetores de doenças, bem como o acúmulo de resíduos que podem provocar mau cheiro e representar riscos à saúde da população. Além disso, a regularidade desse serviço é essencial para o bom funcionamento do sistema de coleta e triagem dos resíduos coletados, garantindo que estes sejam transportados de forma eficiente e segura, sem prejudicar o meio ambiente ou comprometer a organização urbana. A terceirização desse transporte assegura que a atividade seja realizada com a frequência e estrutura adequadas, promovendo uma gestão de resíduos mais eficaz e sustentável, e garantindo que Santo Antônio da Patrulha continue sendo um município limpo e bem cuidado.

4. REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO:

4.1. O serviço de coleta convencional de RSU tem natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.



5. HABILITAÇÃO/QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

5.1. Para prestação dos serviços pretendidos, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam no ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar documentos a título de habilitação, nos termos do artigo 62 da Lei nº 14.133/2021, além dos abaixo citados:

- I. Certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos, de no mínimo 12 (doze) meses, juntamente com o contrato de prestação de serviços;
- II. Registro ou inscrição na entidade profissional competente (CREA) da empresa licitante;
- III. Registro ou inscrição na entidade profissional competente (CREA) do profissional técnico.

6. CONTRATO:

6.1. O contrato a ser firmado entre as partes terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da lei;

6.1.1. É fixado o prazo de 3 (três) dias corridos para a assinatura do contrato, a contar da data da convocação da licitante por parte da contratante, sob pena de decair o direito à contratação;

6.1.2. A fiscalização do contrato será realizada pelos servidores designados pela Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, nomeados através de Portaria, onde serão considerados todos os requisitos constantes neste documento;

6.1.3. É de total responsabilidade do licitante vencedor a prestação dos serviços licitados nas condições, forma, prazo e locais pré-estabelecidos neste documento, sob pena de ser notificado e/ou rescindido o contrato, aplicando as penas cabíveis, conforme o caso;

6.1.4. Os serviços estarão sujeitos a orientações caso não atendam às especificações exigidas neste processo, caso este em que a empresa constatada deverá efetuar correções em eventuais falhas apresentadas;

6.1.5. Caso o serviço não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade;

6.2. O contrato poderá sofrer reajuste pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, após transcorridos 12 (doze) meses (renovação contratual), mediante negociação entre o Departamento Financeiro, da Secretaria Municipal da Administração e Finanças, e a contratada;

6.3. Na assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar:

6.3.1. Cópia de documento de propriedade de cada veículo;

5.3.1.1. Na hipótese de não ser a proprietária dos veículos, deverá também apresentar a documentação que comprove o vínculo formal com o proprietário, de modo a demonstrar a disponibilidade dos veículos;



- 5.3.2. Relação de funcionários envolvidos na prestação dos serviços, obrigando-se a mantê-la atualizada durante a vigência do contrato;
- 5.3.3. Cópia da CNH de todos os motoristas .

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

- 6.3. Estima-se que o custo total da contratação será em torno de R\$ 2.969.152,80, baseado pela planilha de custos. Vislumbra-se que tal valor deverá ser compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 016/2023 e suas alterações, que Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de Santo Antônio da Patrulha, nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021.

7. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:

- 7.3. Será considerada vencedora a proposta de menor preço por tonelada.

8. PAGAMENTO:

- 8.3. O pagamento será efetuado mensalmente, em 15 (quinze) dias após a entrega e aceitação da nota fiscal;
- 8.4. A nota fiscal relativa aos serviços executados deverá conter as quantidades e valores de todos os serviços executados, bem como a modalidade e o número da licitação, o número do contrato, o número da nota empenho e os dados bancários para depósito (pessoa jurídica);
 - 8.4.1. Caso sejam emitidas mais de uma nota de empenho, deverá ser emitida uma nota fiscal correspondente para cada empenho;
- 8.5. Juntamente com a primeira nota fiscal deverá ser apresentado os laudos PGR, LTCAT e PCMSO;
 - 8.5.1. A empresa deve declarar durante o julgamento do pregão que se compromete a disponibilizar os referidos documentos.
- 8.6. A nota fiscal deverá vir acompanhada da última CND da RF e Contribuições Sociais e prova de regularidade junto ao FGTS, bem como relatórios do FGTS digital, ou outro relatório que substitua em decorrência da legislação do e-social do mês de cobrança e respectivo comprovante de quitação;
 - 8.6.1. Deverão ser apresentados os comprovantes de pagamento dos salários dos empregados envolvidos na prestação do serviço;
 - 8.6.2. O CNPJ da contratada constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório;
 - 8.6.3. Na Nota Fiscal/Fatura deverão estar destacados os valores relativos ao IR, INSS (nos termos da Lei Previdenciária) e o ISS, caso ocorra o fato gerador destes outros impostos, sob pena de retenção dos valores no ato do pagamento conforme disposto no Decreto Municipal n.º 271/2022 e IN RFB n.º 1.234/2012, alterada IN RFB 2108/2022;



- 8.7. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, por parte da mesma, de qualquer de seus Sócios ou Diretores, correspondente a Tributos ou outros, de qualquer natureza, para com a contratante, assim como pela inadimplência deste ou outro Contrato qualquer;
- 8.8. A contratante não efetuará nenhum pagamento a contratada, caso este, em que a mesma tenha sido multada, antes de ter sido paga a multa;
- 8.9. A Prefeitura Municipal não realizará liquidação e pagamento de despesas sem que a contratada comprove documentalmente, a regularidade fiscal por meio da CND da RF e Contribuições Sociais, FGTS e relatórios do FGTS digital ou outro relatório que o substitua em decorrência da legislação do e-social do mês da cobrança e respectivo comprovante de quitação, relativos a todos os empregados vinculados aos serviços contratados;
- 8.10. A fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária por parte da contratada será realizada através de servidor designado no setor de Contabilidade.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- 9.3. O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá das dotações orçamentárias abaixo descritas:

Exercício: 2025

Dotação: 1348

Ação: 2197 - Manutenção do Departamento de Resíduos Sólidos

Órgão: 08 – Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Unidade: 05 – Departamento de Resíduos Sólidos

Função: 18 – Gestão Ambiental

Sub-Função: 542 – Controle Ambiental

Programa: 0028 – Saneamento Básico para Todos

Despesa: 3.3.90.34.00.00.00.00 – Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização

Recurso: 1501 - Outros Recursos não Vinculados

Destinação: 00000000 – Livre

Exercício: 2025

Dotação: 1349

Ação: 2197 - Manutenção do Departamento de Resíduos Sólidos

Órgão: 08 – Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

Unidade: 05 – Departamento de Resíduos Sólidos

Função: 18 – Gestão Ambiental

Sub-Função: 542 – Controle Ambiental

Programa: 0028 – Saneamento Básico para Todos

Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

Recurso: 1500 - Recursos não Vinculados de Impostos



Destinação: 00000000 – Livre

10. DAS RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

- 10.3. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.4. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo contratante;
- 10.5. Indenizar a terceiros por prejuízos que vier a causar-lhes, em decorrência do fornecimento do objeto contratual, sem prejuízo de suas responsabilidades;
- 10.6. Comunicar, por escrito, na forma do estabelecido neste instrumento, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido no fornecimento do serviço;
- 10.7. Não transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia autorização do contratante;
- 10.8. Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais;
- 10.9. Substituir no prazo máximo de uma semana, pessoa sob a sua responsabilidade, que esteja prejudicando o bom andamento dos trabalhos;
- 10.10. Prestar informações exatas, e não criar embaraços à fiscalização do contratante;
- 10.11.** Durante a vigência do contrato, encaminhar toda correspondência ao contratante, referente ao objeto, exclusivamente por meio do fiscal;
- 10.12. Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas, resultantes da execução dos serviços decorrentes deste certame;
- 10.13. Fornecer uniformes, equipamentos de proteção individual e mão-de-obra necessários para a realização dos serviços, conforme descritos no Projeto Básico.
- 10.14. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.
- 10.15. Executar o objeto licitado conforme especificações do Edital, do Termo de Referência e do Projeto Básico e em consonância com a proposta de preço apresentada.
- 10.16. Obedecer à cronologia de execução dos serviços, atendendo as solicitações da CONTRATANTE.
- 10.17. As despesas sociais, salários, taxas e impostos incidentes sobre a prestação dos serviços do objeto do edital serão exclusivamente de responsabilidade da contratada, assim como o fornecimento de EPI para os técnicos e funcionários da mesma.
- 10.18. Efetuar correções na prestação do serviço, objeto deste contrato, caso não esteja de acordo com o exigido.

11. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:



- 11.3. O Pagamento conforme o determinado neste instrumento;
- 11.4. A fiscalização do objeto, a qual será realizada por servidor designado em Portaria.

12. DA GARANTIA

- 12.3. Para assinatura do contrato, deverá a contratada apresentar garantia numa das modalidades previstas no art. 96, § 1º, I, II e III, da Lei n.º 14.133/21, correspondente a 5% do valor contratado;
- 12.3.1. A licitante terá o prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade seguro-garantia prevista no inciso II do § 1º do art. 96 da Lei 14.133/21;
- 12.4. Caberá à contratada manter a validade da garantia durante o período de vigência contratual;
- 12.5. O seguro garantia deve prever o pagamento de multas contratuais e contemplar a Cobertura de Ações Trabalhistas e Previdenciárias do contratado;
- 12.6. O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

Santo Antônio da Patrulha, 18 de março de 2026.

Rodrigo Gomes Massulo
Prefeito Municipal